

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR-CAMPUS - CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DOS
SUICÍDIOS NAS PENITENCIÁRIAS

RICARDO JOSÉ BONFIM

Cacoal - RO
2009

RICARDO JOSÉ BONFIM

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DE
SUICÍDIOS NAS PENITENCIÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia
– Campus Cacoal, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Direito, sob
orientação da Professora
Especialista Irene Yoko Taguchi
Sakuno.

BONFIM, R. J.

Responsabilidade Civil do Estado Decorrente de Suicídio nas Penitenciárias

Ricardo José Bonfim – 2009

Vii, 59 f, enc.; 30cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, 2008.

Bibliografia: f. 53-56.

I – Título

JOSÉ RICARDO BONFIM

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DOS
SUICÍDIOS NAS PENITENCIÁRIAS**

AVALIADORES

_____ Professora Irene Yoko Taguchi Sakuno	-	_____ Nota
---	---	---------------

_____ Professor Telmo Moura Passareli	-	_____ Nota
--	---	---------------

_____ Professor Silvério dos Santos Oliveira	-	_____ Nota
---	---	---------------

_____ Média

Dedico este Trabalho a todos os Professores que se propuseram a ensinar no decorrer do curso e a minha esposa pela paciência e compreensão nas minhas horas de ausência para a realização do curso e deste trabalho.

Agradeço imensamente a minha Orientadora, Professora Irene Yoko Taguchi Sakuno, pelo acompanhamento e sugestões oportunas.

Ao Corpo Docente pela paciência e ensinamentos transmitidos no decorrer das aulas.

Aos Colegas de Turma, pelas trocas de experiências e pela amizade prestada durante o período do Curso.

A minha esposa, uma grande companheira e fonte de coragem no meu dia a dia.

À Deus por ter me guiado, protegido e iluminado o meu caminho nos momentos fáceis e difíceis que passei durante a minha vida.

RESUMO

BONFIM, Ricardo José. Responsabilidade Civil do Estado Decorrente dos Suicídios nas Penitenciárias, 55 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2009.

O presente trabalho, através de pesquisa bibliográfica, e utilizando o método dedutivo, têm como objetivo apresentar uma abordagem sobre a Responsabilidade Civil do Estado decorrente de suicídios nas penitenciárias. Para o desenvolvimento deste trabalho, será apresentado um estudo sobre o suicídio, apresentando uma análise comportamental da vítima. Será estudada a evolução histórica da responsabilidade estatal, a partir das teorias da irresponsabilidade, civilistas, e publicistas, como também as deficiências das condições que assolam o sistema penitenciário. Mostrar que, juridicamente, faz algum tempo, que a pena do preso deixou de ser vista como uma forma de vingança, reforçando a idéia que o Estado deve velar pela segurança e integridade física e psíquica do preso sob sua custódia, no cumprimento da pena. Através de pesquisa jurisprudencial, justificar a obrigação do Estado de compensar o dano, sempre que houver violação da incolumidade do preso sob sua custódia. Reforçando, ao final, que a prática do suicídio é passível de prevenção, quando tomadas as medidas necessárias.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Estado. Suicídio. Preso. Custódia.

RESUMEN

BONFIM, Ricardo José. Responsabilidad Civil del Estado Decurrente De los Suicidios en las Penitenciarias, 55 hojas, Trabajo de Conclusión de Curso. Fundación Universidad Federal de Rondônia Campus de Cacoal .2009

El presente trabajo, a través de pesquisa bibliográfica, y utilizando el método deductivo tiene como objetivo presentar un abordaje sobre la Responsabilidad Civil del Estado decurrente de suicidios en las penitenciarias. Para el desarrollo de este trabajo será presentado un estudio sobre el suicidio a partir de un análisis comportamental de la víctima. Será estudiada la evolución histórica de la responsabilidad estatal a partir de las teorías de la irresponsabilidad, civil y pública como también las deficiencias de las condiciones que asuelan el sistema penitenciario. Mostrar que jurídicamente, hace algún tiempo que la pena del preso dejó de ser vista como una forma de venganza, reforzando la idea que el Estado debe velar por la seguridad e integridad física y psíquica del preso bajo su custodia, en el cumplimiento de la pena. A través de investigación jurisprudencial, justificar la obligación del Estado de compensar el daño siempre que hubiere violación de la incolumidade del preso bajo su custodia. Reforzando al final que la práctica del suicidio es pasible de prevención cuando son tomadas las medidas necesarias.

Palabras Claves: Responsabilidad. Estado. Suicidio. Preso. Custodia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE ESTATAL	09
1.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL	09
1.2 TEORIAS DA RESPONSABILIDADE ESTATAL	10
1.2.1 Teoria da Irresponsabilidade Estatal	10
1.2.2 Teoria Civilista	12
1.2.3 Teoria Publicista	13
2 ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	14
2.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA	15
2.2 DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA	17
2.3 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	18
2.3.1 Ato Ilícito	19
2.3.2 Culpa e Dolo	20
2.3.3 Dano	21
2.3.4 Nexo Causal	22
3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR SUICÍDIO DE PRESOS SOB SUA CUSTÓDIA	24
3.1 A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	25
3.1.1 A Superlotação nos Presídios.	26
3.1.2 O Tratamento do Recluso no Sistema Penitenciário.	26
3.1.3 Das Condições Penitenciárias ao Recluso.	26
3.2 ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS	27
4 DO SUÍCIDIO	32
CONCEITO DE SUICÍDIO	32
COMPORTAMENTO DO SUICIDA	34

5 TIPOS DE SUICÍDIOS	35
SUICÍDIO EGOÍSTA	36
SUICÍDIO ALTRUÍSTA	37
SUICÍDIO ANACÔMICO	37
SUICÍDIO FATALISTA	38
	39
6 DISTURBIOS DA SAUDE MENTAL DO SUICIDA	39
6.1 TRANSTORNOS MENTAIS E O SUICÍDIO	39
6.1.1 Neurose	40
6.1.2 Ciclofrenia	40
6.1.3 Epilepsia	42
6.1.4 Toxicomania	43
6.1.5 Esquizofrenia	44
6.1.6 Psicose Alcoólica	45
	45
7. PREVENÇÃO AO SUICIDIO	47
7.1 PREVENÇÃO DO SUICÍDIO NAS PENITENCIÁRIAS.	
7.2 ANÁLISE SOBRE A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO	49
NAS PENITENCIÁRIAS.	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

No decorrer desta monografia, far-se-á uma análise sobre a responsabilidade do Estado, frente ao suicídio, às formas de como acontece, quais os fatores que levam a pessoa a cometer este tipo de barbárie, assim como a posição da sociedade em relação ao suicida.

Geralmente, o fim de uma pessoa gera várias conseqüências no mundo jurídico, em diversos ramos do direito as relações são interrompidas com o falecimento.

A presente monografia tem como objetivo estudar as causas dos distúrbios da saúde mental e o comportamento do suicida, atrelado à responsabilidade civil estatal, diante do caso concreto, dissertar sobre, as diferentes teorias da responsabilidade, sua evolução histórica e aplicação na atualidade, dispor sobre o suicídio e seus tipos, analisando a responsabilidade do Estado para com o preso que suicida.

Para a elaboração desta monografia utilizou-se o método dedutivo comparativo, o qual é o mais pertinente no desenvolvimento desta pesquisa.

Seguiram-se os procedimentos metodológicos de pesquisa, utilizando-se de diversas doutrinas na área médica e também penal para fazer o embasamento deste trabalho com maior clareza. Também foram utilizados trabalhos já publicados acerca do tema em questão, como: levantamento bibliográfico de livros didáticos, teses e artigos, bem como, de jurisprudências cujos acórdãos discutem o tema proposto.

Assim, constata-se que é de grande valia poder identificar os aspectos psíquicos de um suicida, seu comportamento, pois os crimes praticados em torno de um suicídio devem ser investigados e punidos com rigor da lei, devendo proceder-se da mesma forma que são experimentados os prejuízos na esfera cível.

A valorização da vida deve ser uma das prioridades do estado, pois, sem os homens, os estados deixam de existir ou há uma diminuição de seu elemento subjetivo que é o homem.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE ESTATAL

1.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL

A responsabilidade pode ser considerada um fato social por estar inserido em uma sociedade, por isso, esta será invocada sempre que houver transgressão de normas impostas pela sociedade. A responsabilidade é a única forma de voltar ao status quo. Também é considerada como a situação de todo homem a quem, por qualquer título, incumbem consequências de um fato danoso.

Com fundamento no princípio do direito romano: “não lesar a ninguém”, a responsabilidade civil, adveio como instituto de cunho obrigacional, impondo ao responsável pela lesão o dever de indenizá-lo.

Em um conceito geral e amplo de responsabilidade civil, leciona a renomada civilista Maria Helena Diniz:

É a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar danos, moral ou patrimonial causado por terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou e simples imposição legal.¹

¹ DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 7 v. , p. 36.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, conceitua a responsabilidade civil Estatal como a “obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos”.²

1.2 TEORIAS DA RESPONSABILIDADE ESTATAL

A evolução da responsabilização patrimonial do estado passou por formas violentas, como está descrito na Lei de Talião, da retribuição do mal pelo mal. E corresponde à própria evolução do Estado de Direito. Esta passou por três teorias básicas: a teoria da irresponsabilidade estatal, teoria civilista e a teoria publicista.

As diferentes teorias apresentam uma evolução histórica e são ou foram adotadas, preferencialmente, no sistema europeu-continental, já que o sistema anglo-saxão não exerce influência direta no direito brasileiro.

As diversas espécies de responsabilidades surgem de acordo com o dano causado.

1.2.1 Teoria da Irresponsabilidade Estatal

Segundo esta teoria, o Estado não erra “the king can do no wrong”, portanto não repara danos.

A teoria da irresponsabilidade do Estado vigorou em épocas remotas, diferenciando o Estado do agente administrativo. O civilista Sérgio Cavalieri Filho leciona o seguinte:

No Estado despótico e absolutista vigorou o princípio da irresponsabilidade. A idéia de uma responsabilidade pecuniária da Administração era considerada como um entrave perigoso à execução de seus serviços [...]. Os administradores tinham apenas ação contra o próprio funcionário causador do dano, jamais contra o Estado, que se mantinha distante do problema. Ante a insolvência do funcionário, a ação de indenização quase sempre resultava frustrada³”.

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, São Paulo: Atlas, 2000 p. 524.

Essa teoria supracitada, não foi acolhida no Direito Brasileiro. A respeito disso, leciona Cavalieri:

[...] se no Estado de Direito o Poder Público também se submete à lei, a responsabilidade moral é simples corolário, consequência lógica e inevitável dessa submissão. Como sujeito dotado de personalidade, o Estado é capaz de direitos e obrigações como os demais entes, inexistindo motivos que possam justificar a sua irresponsabilidade. Se o Estado é guardião do Direito, como deixar ao desamparo o cidadão que sofreu prejuízos por ato próprio do Estado? ⁴

Tal questionamento considera que o princípio da irresponsabilidade estatal é a própria negação do direito, quando inserida na conjuntura social contemporânea. Embora, uma ou outra opinião em contrário, como a de Cretella Júnior, que destarte leciona:

(...) nos primeiros tempos de nossa vida jurídica (...) a tese da irresponsabilidade do Estado, ou tese feudal, era consequência necessária e direta do regime lusitano despótico(...). ⁵

Nessa teoria que vigorou nos Estados absolutistas, o rei era igualado ao Estado, por ser a pessoa de total autonomia para agir, mandar e executar todas as ações, por isso, se o Estado fosse responsabilizado, consequentemente o rei também seria responsável, por isso não caberia, jamais, nessa época, a responsabilidade do Estado. As pessoas lesadas não procuravam o Estado, mas os agentes que ocasionaram o dano, pois o Estado não admitia que os agentes praticassem qualquer ato danoso e o responsável pelo dano respondia com o seu patrimônio.

Esta teoria foi desconsiderada, a partir do surgimento do Estado de Direito. Os Estados Unidos e a Inglaterra se livraram desta teoria a partir de 1946. Portanto, é uma teoria já superada.

³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 157-158.

⁴ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p.158.

⁵ CRETELLA JUNIOR, J. **Tratado de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1966, p. 276.

Repelida pela doutrina e pelos tribunais, a teoria da irresponsabilidade é substituída pela teoria civilista, na qual atribui em parte a responsabilidade ao Estado por atos danosos praticados por seus agentes.

1.2.2 Teoria Civilista

A concepção civilista fundamenta-se no princípio do Direito Romano: “neminem la e deve”, não lesar a ninguém. Cada indivíduo, ao ter uma ação, arcará com o ônus, sempre que essa ação causar dano a outrem.

Seguem algumas opiniões de autores acerca do conceito de responsabilidade civil, para se ter um melhor entendimento:

Caio Mario da Silva, afirma que:

A responsabilidade civil consiste na efetivação da reparabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma. Reparação e sujeito passivo compõem o binômio da responsabilidade civil, que então se enuncia como o princípio que subordina a reparação à incidência. Não importa se o fundamento é a culpa, ou se é independente desta. Em qualquer circunstância, onde houver a subordinação de um sujeito passivo à determinação de um dever de ressarcimento, aí estará à responsabilidade civil.⁶

Para Cretella Júnior:

A responsabilidade designa a situação especial de toda pessoa, física ou jurídica, que infringe norma ou preceito de direito e que, em decorrência da infração, que gerou danos, fica sujeita a determinada sanção.⁷

Maria Helena Diniz, em sua obra define:

A Responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela

⁶ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1989, p. 16.

⁷ CRETILLA JUNIOR, J. **Responsabilidade do Estado por ato legislativo**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 286:11, abr-jun/1984.

mesma praticado, pela pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.⁸

As legislações, doutrinas e jurisprudências de povos civilizados adotam a teoria da responsabilidade civil do Estado, de acordo com as peculiaridades de cada lugar e do caso concreto.

Com esta teoria nasce a idéia de que cada indivíduo deve requerer uma forma de reparação pelo dano que lhe foi causado.

Hodiernamente, é a concepção civilista que serviu de base para o aprimoramento da responsabilidade estatal na atual conjuntura social.

Em síntese, leciona o civilista Sílvio Rodrigues:

Princípio geral de direito, informador de toda a teoria da responsabilidade, encontradão no ordenamento jurídico de todos os povos civilizados e sem o qual a vida social é quase inconcebível, é o que impõe, a quem causa dano a outrem, o dever de repará-lo.⁹

1.2.3 Teoria Publicista

Em relação à Teoria Publicista, inicialmente, convém mencionar o famoso caso Blanco, ocorrido em 1973:

“a menina Agnès Blanco, ao atravessar uma rua da cidade de Bordeaux, foi colhida por uma vagonete da Cia. Nacional de Manufatura do Fumo; seu pai promoveu ação civil de indenização, com base no princípio de que o Estado é civilmente responsável por prejuízos causados a terceiros, em decorrência de ação danosa de seus agentes. Suscitado conflito de atribuições entre a jurisdição comum e o contencioso administrativo, o Tribunal de Conflitos decidiu que a controvérsia deveria ser solucionada pelo tribunal administrativo, porque se tratava de apreciar a responsabilidade decorrente de funcionamento do serviço público. Entendeu-se que a responsabilidade do Estado não pode reger-se pelos princípios do Código Civil, porque se sujeita a regras especiais que variam conforme as necessidades do serviço e a imposição de conciliar os direitos do Estado com os direitos privados”.¹⁰

⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**, 5ª ed., São Paulo: 1990, v.7, p. 32.

⁹ RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000, p.13.

¹⁰ DI PIETRO. Op. cit. 2000, p.526.

A partir desse caso, que se estabeleceu o entendimento que o Estado teria que reparar o dano patrimonial causado a terceiros, com fundamentos nos princípios de direito público (teorias publicistas).

Existem duas teorias publicistas: a teoria da culpa administrativa e a teoria do risco. Para Hely Lopes Meirelles a teoria do risco está dividida em teoria do risco administrativo e teoria do risco integral. Na primeira, há excludentes de ilicitude e, na segunda, o Estado deve reparar, independentemente da culpa da vítima. A teoria do risco trouxe a responsabilidade objetiva do Estado.

A responsabilidade civil se traduz da responsabilização do causador do dano que lesou o direito de outrem.

Esta teoria foi a principal responsável pela superação da teoria da irresponsabilidade.

2 ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

A responsabilidade contratual surge a partir da inexecução contratual da obrigação assumida; já a extracontratual, se houver a violação de direitos reais ou personalíssimos, pela inobservância das normas jurídicas.

O nosso sistema agasalha um sistema que vem sendo chamado de *dúplice*, com duas regras gerais: uma de responsabilidade objetiva (art. 927, § único) e outra de responsabilidade subjetiva (CC, art. 186).

Há que se falar em responsabilidade subjetiva, quando há culpa ou dolo, por ação ou omissão do agente, ao outro. De forma diferenciada, a responsabilidade objetiva se fundamenta no risco que a atividade propõe.

2.1 RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

No Brasil, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1946, que a responsabilidade objetiva passa a vigorar com destaque, pois não era mais necessário provar a culpa do agente público, para ser indenizado.

A responsabilidade civil objetiva fundamenta-se na Teoria Objetiva do risco, que “explica essa responsabilidade no fato de haver o agente causado prejuízo à vítima ou a seus bens”.¹¹

Foi na Constituição Federal de 1988, que a teoria do risco administrativo ganhou força.

Na atual Constituição Federal, em seu art. 37, § 6º, editado está: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o causador do dano”.

Este artigo incumbe a responsabilidade objetiva não só às pessoas jurídicas de direito público, mas também incluem as pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas, concessionárias ou permissionárias que desempenham atividades delegadas pelo poder público.

Não pode, contudo, ser o Estado responsabilizado por atos que não sejam funcionais do agente:

Responsabilidade civil do Poder Público – Atos de agente – Alcance.
Não pode o Estado responder por atos que seus agentes tenham praticado, por ação ou omissão, que não sejam em decorrência do serviço público. Não existindo o vínculo jurídico entre o serviço público e a imputação do dano, ao seu agente, improcede o pedido de indenização.¹²

¹¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **A Responsabilidade Objetiva no novo Código Civil**. Disponível em: www.societario.com.br/demarest/svrespobjetiva.html. Acesso em 12/12/2008.

¹² TJPR – Ac. unân. – 3ª C. Civ. – Julg. 9.5.1981.

Os agentes, no exercício de sua atividade laboral, agem como se fossem o próprio Estado, logo, ocorrendo danos dessa atividade, o Estado será responsabilizado. Este responderá objetivamente, independentemente de culpa, bastando apenas comprovar o nexo causal.

Algumas leis especiais passaram a adotar a teoria objetiva para a responsabilização do agente causador do dano, sem que houvesse a necessidade de provar o dolo ou a culpa. Dentre elas, temos a Legislação sobre acidente de trabalho e o Código de Defesa do Consumidor.

Sílvio de Salvo Venosa¹³, subdivide a teoria do risco em: profissional, excepcional, risco criado e risco integral.

As atividades sobre os acidentes de trabalho são pertinentes ao risco profissional.

O risco excepcional refere-se ao dever de indenizar, que surge da atividade que pode acarretar excepcional risco.

No risco criado, o agente indenizará, quando, em virtude de sua profissão ou atividade, criar um perigo.¹⁴

Neste caso, caberá indenização, independente da culpa. Assim, dispõe o art. 927, parágrafo único do Código Civil de 2002:

Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem, [...].

A utilização da teoria da responsabilidade objetiva, no direito brasileiro, é bastante usual no Código de Defesa do Consumidor, já que adota a Responsabilidade Objetiva nas relações de consumo.

A teoria Civil Objetiva apresenta-se, a partir dos elementos seguintes: o sujeito, o nexo causal e o dano.

¹³ VENOSA, Sílvio Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2004, v. 4, p.20.

¹⁴ VENOSA. Op. cit. 2004, p. 22-23.

No estudo em tela, o Estado é o sujeito passivo, o que tem o dever de reparar o dano, por ser o verdadeiro responsável, é o sujeito de direitos e obrigações. O presidiário é o sujeito ativo, que, privada de liberdade, morre, no período em que está preso. Havendo um dano e, comprovado o nexo causal entre a atividade administrativa e o dano causado, o lesado é reparado.

“ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts.186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

Observa-se, no parágrafo anterior, que há notória conotação da teoria objetiva.

A atual responsabilidade civil do Estado é a responsabilidade objetiva, baseada no risco da atividade administrativa.

2.2 RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA

A Responsabilidade Civil Subjetiva fundamenta-se na teoria da culpa, sob o aspecto de que se prove a culpa do agente para que nasça a necessidade de reparar o dano.¹⁵

A culpa é o principal pressuposto da responsabilidade civil subjetiva.¹⁶

Haverá, então, que se provar a culpa do agente, para que haja uma indenização do dano sofrido.

¹⁵ RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil: parte geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 315.

¹⁶ CAVALIERI FILHO. **Programa de Responsabilidade Civil**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 27.

A idéia central dessa teoria é a abstração do elemento culpa para responsabilizar o agente causador do dano. O que está em questão, nesta teoria, é o comportamento do agente, se este agiu com culpa, baseado na negligência, imperícia ou imprudência ou dolo, ou seja, se houve a intenção do agente causar o dano. Havendo o dolo, sempre ocorrerá o dever de reparar o dano. E só haverá a presunção de culpa do agente, se houver lei que, expressamente, a estabeleça.

A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade se baseiam no Código Civil, em seu art. 186, transcrito a seguir:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Este artigo é o consagrador da teoria civil subjetiva.

Sérgio Cavalieri Filho subdividiu a responsabilidade subjetiva em direta e indireta, sendo direta a que decorre de culpa provada ou culpa presumida, e, indireta, a que decorre de fato de terceiro, coisa ou animal.¹⁷

A caracterização da responsabilidade civil subjetiva pauta-se na ação ou omissão do sujeito ativo; no dano sofrido pela vítima, que é o sujeito passivo; e no nexos causal entre o causador do dano e a vítima, desde que comprovado for o dolo ou a culpa do agente.

2.3 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Os pressupostos da Responsabilidade Civil são necessários para uma melhor caracterização do conceito Responsabilidade Civil. Tais pressupostos podem ser classificados em: ato ilícito, dolo, culpa, referindo-se aos elementos subjetivos, já o dano e o nexos causal, aos elementos objetivos.

¹⁷ CAVALIERI FILHO, **Programa de Responsabilidade Civil**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p.30.

Para que o Estado seja responsabilizado por um ato, pela teoria da responsabilidade civil subjetiva, a vítima ou o administrado deve provar a existência de um ato ilícito, a culpa e o dolo e o nexo de causalidade entre o ato e o dano.

2.3.1 Ato Ilícito

A partir da conduta do agente, ou de terceiros, em casos expressos em lei, surge a responsabilização. A vítima deve provar que o ato lesivo foi praticado pelo agente no exercício de sua função. Pois, não sendo no exercício de uma função pública da qual esteja incumbido, não há que se falar em responsabilização por parte do Estado.

Pratica ato ilícito quem age com culpa, através de sua ação ou omissão e, também, quem, agindo com negligência, imprudência ou imperícia, cause o dano a outrem. Também pratica ato ilícito todo aquele que exerça um direito, com abuso de poder, e cause lesão ao direito de outrem.

Nesses casos, impõe o art. 927 do CCB, que todo aquele que praticar ato ilícito, têm a obrigação de reparar o dano, mediante a indenização, através do instituto da responsabilidade civil.

Só se pode falar em ato ilícito, se houver a existência da conduta do agente, o dano, a culpa e o nexo causal.

A conduta do agente deverá ser contrária às regras do direito, e a responsabilidade deverá ser atribuída ao causador do dano, embora, possam existir casos em que a responsabilidade seja atribuída a terceiros, que responderão por atos praticados por outros, como por exemplo os empregadores, em relação aos empregados.

O dano pode ser patrimonial e moral. Enquanto o último ofende direito, o outro se refere aos bens jurídicos, estes são medidos pela extensão do dano causado.

O nexo causal relaciona-se com a conduta ilícita praticada pelo agente para ocasionar o dano.

É o ato ilícito que irá fazer com que nasça a responsabilidade civil subjetiva, já que na responsabilidade objetiva, o ato ilícito mostra-se incompleto, pois a culpa torna-se suprimida.¹⁸

A obrigação de reparação do dano decorrerá da culpa subjetiva ou objetiva. Na primeira, refere-se à análise do caso concreto e, na outra, à própria vítima, que deverá ser indenizada, independentemente da verificação da culpa.

Afirma, então, Sílvio de Salvo Venosa¹⁹ que o ato voluntário é o primeiro pressuposto da responsabilidade civil, e os atos ilícitos são os que derivam, direta ou indiretamente, da vontade, acarretando efeitos jurídicos, entretanto, avessos ao ordenamento jurídico.

Por fim, o ato ilícito é sinônimo de um comportamento voluntário que transgredir um dever.

2.3.2 Culpa e Dolo

Em sentido amplo, culpa é a inobservância de um dever que o agente deveria conhecer e observar.²⁰

Júlio Fabbrini Mirabete conceitua culpa como: “A conduta voluntária (ação ou omissão) que produz resultado antijurídico não querido, mas previsível, e excepcionalmente previsto, que poderia, com a devida atenção, ser evitado”.²¹

Como menciona Venosa²², “a culpa, em sentido amplo, abrange não somente o ato ou conduta intencional, o dolo (delito, na origem semântica e histórica romana), mas também os

¹⁸ VENOSA, Sílvio Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4v, p. 26.

¹⁹ VENOSA. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4v, p. 26.

²⁰ VENOSA. Op. cit. 2004, p. 27.

²¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual do direito penal: parte geral**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002, V.1. p. 138.

²² VENOSA. Op. cit. 2004, p. 28.

atos ou condutas eivados de negligência, imprudência e imperícia, qual seja, a culpa em sentido estrito”.

A culpa se dá mediante uma conduta voluntária do agente, que pode ser previsível, quando o agente prevê o resultado e assume o risco de causá-lo ou imprevisível, se o agente tivesse agido com cautela e cuidado, evitaria o resultado, esta deriva do erro.

Pode-se afirmar que o dolo diferencia-se da culpa, porque, além de produzir o resultado, como no caso da culpa, existe a má-fé de uma parte contra a outra, para obter vantagem, para fraudar ou prejudicar o outro. O indivíduo, ao agir, sabe o que tal conduta poderá causar ao outro.

A intensidade do dolo ou da culpa não gradua o montante da indenização, que deve ser balizado pelo efetivo prejuízo.²³

Para fins reparatórios, no atual Código Civil, não há distinção de dolo e culpa, pois a obrigação de indenizar é medida pela extensão do dano. O montante indenizatório não deve servir nem como esmola, nem como donativo e nem tampouco, como premiação ao prejudicado.

2.3.3 Dano

O dano é conceituado como prejuízo sofrido pelo agente, sendo um dos pressupostos da responsabilidade civil, pois, só haverá uma ação de indenização, se houver ocasionado um prejuízo. É imprescindível a prova real e concreta da lesão, para haver uma responsabilidade civil.²⁴

A vítima ou o administrado deve comprovar que houve uma lesão ao seu direito moral ou material.

²³ VENOSA. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4v, p. 28.

²⁴ DINIZ. Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 7 v., p. 58 .

Só existindo um prejuízo, haverá a reparação, tanto na esfera contratual quanto na esfera extracontratual. O prejuízo sofrido pela vítima pode ser patrimonial, quando deixou de ganhar ou perdeu, em virtude do evento danoso, e também pode ser extra patrimonial, quando a vítima foi ofendida por bens que não têm natureza econômica, como por exemplo, o direito de personalidade.

Para o ressarcimento do prejuízo, o dano deve ser certo, fundado em acontecimento preciso e atual, que provém do ato delituoso. Caio Mário dispõe o seguinte:

“É claro, então, que se a ação fundar-se em mero dano hipotético, não cabe reparação. Mas esta será devida considerando-se dentro da idéia da perda de uma oportunidade (*perte d'une chance*) e puder situar-se na certeza do dano”.²⁵

Em relação à reparação do dano, o Código Civil estabelece limites para a indenização, como ressalta o art. 402: “Salvo as exceções previstas em lei, as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar”.

A respeito disso, o dano poderá ser convencionado entre as partes através de cláusula penal em contrato. Assim trata o art. 946, do Código Civil de 2002: “Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos, na forma que a lei processual determina”.

Dano Moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima.²⁶

Torna-se difícil mensurar uma indenização para o dano moral, uma vez, que abrange a seara dos direitos personalíssimos. O que se faz é um comparativo com o dano patrimonial, que comina sempre na diminuição de uma capacidade de se obter o lucro.

2.3.4 Nexo Causal

²⁵ Ibidem. Op. cit. 2002, p.58.

²⁶ VENOSA. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4v, p. 39.

As relações humanas não são só materiais, existe uma gama de motivos e fatores que, após análise detalhada, encontra-se uma causa que, por vezes, chocam ou se tornam naturais com o tempo e dependendo do lugar. Cada acontecimento é eivado de causas, onde um fato está ligado a outro. A partir dessa premissa, é preciso analisar a verdadeira causa para a ocorrência do evento danoso. E esta análise deve ter um cunho científico.

.Com relação ao termo nexos causal, pode-se afirmar que é o vínculo entre o prejuízo e a ação, sendo o fato lesivo proveniente da ação, diretamente ou como consequência previsível.²⁷

Este termo decorre de leis naturais não sendo, portanto, proveniente de leis jurídicas.

É um elemento indispensável na responsabilidade civil, ou seja, a consequência da atuação do Estado é o próprio dano.

A presença de um possível terceiro, poderá exonerar o causador do dano do dever de indenizar; entende-se por terceiro, determinado indivíduo, além da vítima e do agente causador do dano.²⁸

No caso de força maior e caso fortuito, Estado de Necessidade, Legítima Defesa, Exercício Regular do Direito, há excludentes que rompem com o nexos causal e consequentemente excluem o dever de reparação.

Em suma, o nexos causal é um elemento que determina a causa e o resultado produzido, ou seja, entre o dano e a ação danosa aparece o nexos de causalidade. Seja qual for o sistema adotado no caso concreto, se é o da culpa ou do risco, se não houver tal liame, não é possível obter a reparação. A partir dessa constatação que se pode chegar ao causador do dano.

²⁷ DINIZ. Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 7 v. , p.100.

²⁸ VENOSA. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v, p. 61.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR SUICÍDIO DE PRESOS SOB SUA CUSTÓDIA

Em casos de suicídio de presos, em estabelecimentos prisionais, não retira o dever do Estado de indenizar outrem de possível dano causado. Destarte, é da responsabilidade do Estado fornecer condições dignas e adequadas ao recluso, inclusive assistência médica e psicológica.

Determinada a teoria da responsabilidade civil do Estado, deve-se verificar em qual sistema de responsabilização poderia o Estado ser enquadrado, no que diz respeito ao suicídio de detentos.

Vejamos as seguintes teorias condizentes com a responsabilidade civil:

a) No que diz respeito à teoria da responsabilidade subjetiva do Estado, acolhida pelo Código Civil brasileiro de 1916, o fulcro da obrigação de indenizar é a culpa ou dolo do agente, sendo os conceitos de dolo e culpa congruentes aos do Direito Privado.²⁹

b) Quanto à teoria da responsabilidade objetiva do Estado, este tem a obrigação de indenizar o dano na constatação de que ele foi o causador do ato lesivo. Surge, ramificando-se da teoria da responsabilidade objetiva, a teoria do risco integral e a teoria do risco administrativo. A teoria do risco integral mostrou-se inutilizável em certos casos, pelo

²⁹GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 2004, p. 872.

ilogismo quanto a responsabilização do Estado for possível dano proporcionado à determinada vítima. Tal ilogismo se dá no mero envolvimento do Estado, o qual se veria obrigado a indenizar, pelo simples fato de ser proprietário de determinada via pública, sendo esta a superfície que serviu como palco para a consumação da queda de deliberado indivíduo que tomou a desesperada decisão de se suicidar, saltando de um arranha céu localizado justamente frente à via pública.³⁰

A teoria do risco integral é idêntica à teoria do risco administrativo, ressaltando que a teoria do risco administrativo admite excludentes de responsabilização, no que tange à culpa exclusiva da vítima, à culpa concorrente, caso fortuito e força maior. Já na teoria do risco integral, o Estado responderá por todos os danos, sendo desconsideradas as excludentes de responsabilização.

Pela teoria do risco administrativo, para que o Estado não indenize o particular, aquele deverá provar que não foi o culpado pelo dano, excluindo a sua responsabilização ou comprovar que a sua atividade não foi a única causa do dano, atenuando a sua responsabilidade.

3.1 A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

A realidade prisional brasileira vive em crise, diante da falência gerencial no sistema penitenciário. Os estabelecimentos prisionais apresentam-se arcaicos, com celas que mais parecem jaulas, que em sua maioria são sujas, precárias, úmidas e superlotadas, construídas para conter a metade ou um terço dos ocupantes que ali estão confinados.

É notório o aumento da criminalidade no interior dos presídios. Além do crime organizado, podem ser citados como exemplo: a venda e troca de celulares, permitindo o contato do preso com o mundo externo, comandando quadrilhas e a formação de grupos mafiosos comandados por líderes que exercem poder sobre alguns presos, com o objetivo de conseguir tabaco, álcool, armas, violentar presos e cobrar por proteção.

Isso demonstra que falta um controle interno por parte do Estado nas prisões.

³⁰ GASPARINI. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 2004, p. 874.

Nota-se o despreparo dos agentes penitenciários que, em muitas contratações, não são submetidos a exames médicos e acompanhamentos psicológicos, justificando a corrupção que ainda se instala no sistema prisional. O agente penitenciário deveria ser um indivíduo mais preparado, proporcionando um melhor comportamento ao preso. Mas, ao contrário são freqüentes as denúncias dos presos, sobre maus tratos e agressões provocadas por agentes.

3.1.1 A Superlotação nos Presídios

Muitos estabelecimentos prisionais apresentam-se em condições precárias. O déficit de vagas ocasiona a superlotação nos presídios, acentuando a propagação de doenças, rebeliões e fuga, diariamente, no interior desses presídios. Além de existirem muitos presidiários que já tiveram sua pena cumprida e ficam ali esquecidos, diante da morosidade processual da justiça e da falta de Defensor Público em alguns lugares.

A superlotação das cadeias é uma realidade e está entre os problemas mais graves do estabelecimento prisionais, pois, no decorrer dos anos, nada se faz com relação à construção de novos estabelecimentos prisionais e as condições sanitárias e de dignidade vão piorando cada vez mais.

Areladas à superlotação, as rebeliões vem acontecendo com muita freqüência, onde os presos se revoltam contra as condições de miséria a que são submetidos, que acabam em muitos casos, terminando em mortes de detentos e funcionários.

3.1.2 O Tratamento do Recluso no Sistema Penitenciário

Na Constituição Federal de 1988, no título de direitos e garantias fundamentais, está regulamentado que não haverá penas cruéis. Entretanto, o cumprimento da pena privativa de liberdade é cruel. Nos casos em que a dignidade da pessoa humana é frequentemente violada, através de maus tratos verbais, falta de privacidade, pelo excesso de pessoas, facilitando a prática de abusos sexuais, a falta de higiene no ambiente somada a falta de trabalho, consumo abusivo de drogas e conseqüente violência entre os presos.

Muitos presos não recebem assistência médica. Dentre eles as mulheres são as mais prejudicadas, já que necessitam de assistência ginecológica, não havendo também assistência específica para as mulheres grávidas. Devido à falta de informação, a AIDS é proliferada entre os detentos, que chegam ao estado terminal, sem tratamento médico adequado.

Os presos vivem uma realidade caótica, que parece ser ignorada pela sociedade e pelos políticos.

3.1.3 Das Condições Penitenciárias ao Recluso

A priori, o atual sistema penitenciário brasileiro foi instituído com a finalidade de proporcionar ao detento a retribuição, pelos crimes cometidos, a prevenção, visando a não ocorrência do ato delituoso e a recuperação³¹, ressocializando o apenado para a sua inserção na sociedade.

Aliado a perda de liberdade do sentenciado, o Estado deveria propiciar bons hábitos para gerar a sociabilidade. O confinamento seria uma forma de gerar no preso uma reflexão dos seus atos, funcionando como uma espécie de correção do dano que ocasionou.

Todavia, a atual conjuntura do sistema penitenciário explicita uma realidade completamente contrária às finalidades originais. Cezar Roberto Bitencourt explana acerca do princípio do fim ou da prevenção da pena: “[...] a ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão, que sempre é convertida num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as graves contradições existentes no sistema social exterior etc.”³²

Em relação aos programas de ressocialização, verifica-se que ainda são falhos ou existem e não são utilizados nas penitenciárias brasileiras. Assim, os sentenciados estão absorvendo as regras e comportamentos dos próprios companheiros baseados praticamente na violência gerada no interior das prisões. Formando-se na escola do crime.

³¹ MIRABETE. OP. cit. 2002, V.1, p. 30.

Ante a tal fato, o detento fica em constante tensão, já que tem que se adaptar aos padrões que são próprios da cadeia.

O art. 5º, inciso XLIX, da vigente Carta Magna expõe que, *“é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”*. O inciso III do mesmo artigo, diz que *“ninguém será submetido à tortura, nem tratamento desumano ou degradante*.

Contrariamente ao que está expresso no parágrafo anterior, a promiscuidade nas prisões faz com que o preso perca a dignidade que ainda lhe resta, rebaixando-o à condição de pessoa insignificante, sem condições de humanização.

A população carcerária é formada por pessoas jovens, pobres, com baixo nível de escolaridade. As filas para revistas são enormes e humilhantes, já que a revista, frequentemente, supõe toque rectal e vaginal, como forma de prevenir a entrada de armas e drogas no interior dos presídios. Embora, fique evidente que este tipo de tráfico muitas vezes é feito pelos guardas e agentes prisionais.

Os presos não são separados quanto aos crimes de maior e menor potencial, em muitos casos, os presos preventivos encontram-se juntos com os presos condenados.

Pela miséria que os familiares se encontram e pela pouca influência política que exercem, resta-lhes pouca chance de por fim aos abusos cometidos no interior destes estabelecimentos.

A grande maioria dos presos não trabalham e nem estudam. Os detentos têm direito ao trabalho, entretanto não é oferecida oportunidade de trabalho a todos os presos. O apenado ocioso se torna caro, inútil e nocivo para a sociedade. A ociosidade poderá gerar uma descomunal angústia, levando o apenado a desenvolver um perfil suicida, que vislumbrará em algumas saídas: acentuar ainda mais a condição de criminoso, quando ficam pensando na forma de agir, na condução de novos delitos, quando saírem da prisão, como pretendem fugir daquele lugar inóspito ou como interromper, definitivamente, a sua vida.

³² BITTENCOURT, César Roberto. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica, RT 662/247-526

Destarte, vivemos diante de um sistema carcerário desestruturado, superlotado, corrupto, precário, onde a maioria dos detentos vive em condições subumanas, inexistindo um trabalho de recuperação ao recluso. Sendo assim, a sociedade continuará se sentindo insegura, pois só terá segurança, quando o preso for realmente recuperado.

3.2 ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS

Acerca de pedidos de indenizações pela morte, por suicídio, de presos sob a custódia do Estado, as decisões têm sido diversas. Na maioria, decidem pela imputação ao Estado do dever de indenizar, analisando previamente e minuciosamente o caso concreto. Neste caso, as decisões são, em sua maioria, pela imputação ao Estado do dever de indenizar, ou pela responsabilidade objetiva ou culpa in vigilando, conforme exposto a seguir:

Indenização - responsabilidade civil do estado – vítima sob custódia em distrito policial , por estar embreagada – morte por enforcamento – teoria do risco integral– Irrelevância quanto a ter havido homicídio ou suicídio – responsabilidade reconhecida – recursos não provido.³³

Contrário sensu, temos a seguinte decisão também oriunda do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Indenização – responsabilidade objetiva do Estado - Suicídio de pessoa detida em flagrante delito e que aguardava, no pátio da cadeia a lavratura do auto de prisão em flagrante – indenização indevida - ausência de nexo entre a prisão e o suicídio – teoria do risco administrativo que não chega ao extremo do risco integral – sentença de improcedência da ação mantida – recurso não provido³⁴

Eis a seguinte referência do Julgado, do Tribunal de Justiça de São Paulo, versando sobre o suicídio de vítima portadora de anomalia psíquica:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Ato ilícito – Suicídio de Oficial da Polícia Militar, internado em estabelecimento hospitalar da corporação –

³³ TJSP – Ap. Cível nº 3.174-5 1ª Câmara de Direito Público – Rel. Escarence Fernandes – 24-03-98 – v. u.

³⁴ TJSP – Ap. Cível nº 276.860-2 – Assis – 4ª Câmara de Direito Público – Rel. Eduardo Braga – 12-06-97 – v. u

Vigilância deficiente sobre ele exercida – Esquizofrênico que propalava o seu intento de por termo à vida – Ação de indenização procedente.³⁵

A fundamentação do Acórdão versa pela culpa do Estado, já que a vítima estava internada em enfermaria e por diversas vezes tinha atentado contra a sua vida. Este caso versa sobre a responsabilidade subjetiva, decorrente de culpa e omissão da administração.

Vejamos outro entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

Responsabilidade Civil – Suicídio de detento, preso em razão de exaltação de ânimo, quando isolado na cela. Omissão e negligência dos policiais na garantia da vida do acautelado. Nexo de causalidade evidenciado. Teoria do risco administrativo. Obrigação do Estado de indenizar. Sentença confirmada.³⁶

O recluso, ao ser privado de sua liberdade, comumente pode apresentar comportamento como esse, entendendo assim, já ser de conhecimento das autoridades competentes tal ação, por isso, casos como esse, subentende-se que poderá haver uma precaução, antes que ocorra o dano.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina decidiu alguns casos de pedidos de indenização por suicídio de presos.

Segue o trecho do relatório do Acórdão que verifica a aplicação da tese da responsabilidade objetiva do Estado.

RESPONSABILIDADE CIVIL - Suicídio de pessoa recolhida à cadeia. Condenação do Estado a uma indenização de dois terços do valor dos proventos do de cujus, sendo uma metade para a mulher e a outra para os filhos menores. Remessa necessária desprovida. Sentença confirmada. O Estado deve ressarcir o dano resultante do suicídio de preso recolhido ao xadrez de Delegacia de Polícia, cujo estado físico e mental inspirava cuidados e assistência médico-hospitalar. Irrelevante, no caso, tratar-se ou não de prisão ilegal.³⁷

³⁵ TJSP – Ap. Cível 206.376 – 4ª C.Cível – j. 24-8-1972 – rel. Des. Lair Loureiro – unanimidade de votos. Rt 445/84.

³⁶ TJSP – Ap. Cível 206.376 – 3ª C.Cível – j. 30-6-1998 – rel. Des. Ribeiro Machado – JTJ-LEX 214/86.

³⁷ TJSC – Ap.Cível 34.415, da Capital – 1ª C.Civil – j. 16-10-1990, DJESC n.º 8.124, de 6-11-1990, p.3 – rel. Des. Napoleão Amarante – unanimidade de votos.

Outro julgado, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que assim decidiu:

Indenização. Estado. Morte de preso na penitenciária. Teoria do risco integral. Suspeita de suicídio. Condenação. Recurso desprovido. Pela teoria do risco integral adotada pelo nosso sistema jurídico-constitucional, a pessoa jurídica de direito público responde sempre, uma vez que se estabeleça o nexo de causalidade entre o ato da Administração e o prejuízo sofrido, não se cogitando se houve ou não culpa, para concluir pelo dever de indenizar. É dever do Estado zelar pela integridade física de seus presos, conforme inserido no art. 5º, XLIX, da Carta Magna. Deriva daí o dever de guarda e vigilância sobre o preso. Pela teoria do risco integral, quer o preso tenha sido morto, quer tenha cometido suicídio, espontaneamente ou motivado, a pessoa jurídica pública responde, em tese, pela morte, no mínimo por culpa *in vigilando* (...).³⁸

Nesse julgado, o Tribunal de Santa Catarina decidiu pela responsabilização do Estado, aceitando a tese da Teoria do Risco Integral, por morte de preso encarcerado, suspeito de suicídio. Pela Teoria do Risco Integral, estabelecido o nexo causal entre o ato do Estado e o dano causado, a pessoa jurídica de direito público responderá pelo evento danoso.

Por esta teoria a pessoa jurídica responde em tese, por culpa *in vigilando*, quer o preso tenha sido morto ou tenha cometido suicídio.

No julgado transcrito a seguir, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, adotou a tese da responsabilidade objetiva, pura e simplesmente. Segue a ementa:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA MORTE DE DETENTO – Valor da indenização – CF arts. 5º, XLIX e 37, § 6º - Precedentes jurisprudenciais. A responsabilidade civil do Estado é sempre objetiva, inclusive no caso de prisão, pouco importando se legal ou ilegal. Mesmo que o preso cometa suicídio, persiste o dever de indenizar, pois o Estado responde pela integridade física e moral do detento. Havendo dependência econômica, a indenização é calculada com base na vida provável da vítima, 65 (sessenta e cinco) anos.³⁹

Neste caso, estabeleceu o nexo causal, que fez gerar a obrigação do Estado indenizar, em se tratando de responsabilidade objetiva. Não houve a necessidade de estabelecer a culpa ou omissão do agente público.

³⁸ TJSC – Ap. Cível 46.757, da Capital – 4ª C. Civil – j. 30-11-1995 – rel. Des. Pedro Manoel Abreu- unanimidade de votos

³⁹ TJSP – Ap. Cível 32.325 – 3ª C. Cível – j. 26-11-1991 – rel. Des. Amaral e Silva. unanimidade de votos. DJESC nº 8.398.

Destarte, percebe-se que há divergência entre os magistrados na aplicação das teorias acerca da responsabilidade do Estado em casos de suicídio. Na maioria dos casos, tanto a doutrina quanto a jurisprudência invocam a responsabilidade objetiva, como regra de nosso sistema, divergindo na fundamentação da decisão adotada.

As famílias lesadas pela omissão do Estado devem propor ações de indenização contra a Fazenda Pública na busca do ressarcimento da lesão suportada. Como forma de se corrigir a atuação da Administração Pública, quando esta não é capaz de tutelar os direitos e garantias fundamentais estabelecidos no texto constitucional e nos instrumentos internacionais que foram subscritos pelo Brasil, como a Convenção da Organização das Nações Unidas, a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Pacto de São José da Costa Rica.

O Poder Judiciário, como guardião das liberdades, tem a missão de analisar os fatos, e decidir se o autor da ação judicial, administrado, possui razão no pedido de indenização decorrente da precariedade do serviço prestado ou da omissão do Estado, que não foi capaz de preservar a vida do trabalhador que cumpre com as suas obrigações, mas que não tem recebido a contrapartida do contrato social, que há muito foi celebrado com a sociedade, afastando a Justiça Privada e a regra do olho por olho dente por dente, prevista no Código de Hamurabi, e também no Velho Testamento.

4 DO SUICIDIO

4.1 CONCEITO DE SUICIDIO

A palavra suicídio (do latim *sui caedere*), termo criado por Desfontaines, matar-se, é um ato que consiste em pôr fim, intencionalmente, à própria vida.

O suicídio é todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria pessoa. Este vem a ser um ato de matar a si mesmo,

descrito desde a antigüidade, seu significado variava de acordo com a sociedade em que ocorria.

Entre os estóicos, na Grécia e na Roma antiga, era encarado como o último ato de uma pessoa livre.

Entre católicos apostólicos romanos, como uma sina e um pecado.⁴⁰

O ato do suicídio é considerado um pecado em muitas religiões, e um crime em algumas legislações. Agostinho de Hipona (354-430) assumiu um posicionamento, segundo o qual, cristãos não podem cometer suicídio, pois compreendia que o mandamento ‘Não matarás’ (Êxodo 20.13) proíbe matar a nós mesmos.

As pessoas que tentam o suicídio, com sucesso ou insucesso, deixam geralmente um bilhete para explicar tal ato, o que comprova que o suicídio é, de uma maneira geral, um ato premeditado.

Na visão de Beccaria,

Suicídio é crime que parece não poder admitir pena, propriamente dita, pois ela só poderia incidir sobre inocentes, ou sobre o corpo frio e insensível. Se, neste último caso, a pena não há de impressionar os vivos mais do que o chicotear uma estátua, no primeiro, caso, ela é injusta e tirânica, porque a liberdade política dos homens supõe necessariamente que as penas sejam estritamente pessoais. Os homens amam demasiado a vida e tudo o que os cerca confirma tal sentimento. A sedutora imagem do prazer e a esperança, dulcíssimo engano dos mortais, em nome da qual bebem eles a grande sorvos o mal, misturado com algumas gotas de contentamento, deleita-os muito para temer que a necessária impunidade do suicídio tenha alguma influência sobre os homens. Quem teme a dor obedece às leis, mas todas as fontes dessa dor se extinguem no corpo pela morte. Qual será, então, o motivo que poderá deter a mão do suicida? Aquele que se mata comete um mal menor à sociedade do que aquele que lhe atravessa para sempre as fronteiras, pois o primeiro deixa para trás todos os bens, mas o segundo se transfere com boa parte dos haveres.⁴¹

⁴⁰ SATLER, Breno. **Suicídio: fundamentos para a prática clínica**. Revista Médica MG, n. 12, 2002, p. 233.

⁴¹ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fortes, 1997, p. 108.

Contudo, o suicídio pode ser definido como um ato individual de extinguir a própria vida. É um ato humano e está presente em diversas culturas.

4.2 COMPORTAMENTO DO SUICIDA

O suicídio, de maneira geral, não é previsível, mas pode ser evitado, a partir de alguns sinais, tais como: tentativas anteriores de suicídios, disponibilidade de meios ou materiais que podem auxiliar o suicídio, luto constante por perda de alguém próximo, pessimismo ou falta de esperança, história de suicídio na família. Tudo isso deve ser observado com atenção para que possa ao menos evitar o mal.

O comportamento suicida geralmente é decorrente da interação de vários fatores: a) distúrbios mentais – principalmente a depressão e o consumo de drogas; b) fatores sociais – decepções, sentimento de perda e falta de apoio social; e c) distúrbios da personalidade – impulsividade e agressividade.⁴²

Todos os pensamentos e comportamentos suicidas, sejam eles gestos ou tentativa, devem ser considerados com veemência, para que se possa prevenir o mal. A conduta autodestrutiva pode ser direta ou indireta, deve-se mencionar como exemplo do comportamento autodestrutivo direto, os gestos suicidas, a tentativa de suicídio e o suicídio consumado.⁴³

Conforme ressalta Oliveira, “[...] para o suicida, ele quer a morte, sua angustia quase permanente transforma a vida em peso que não consegue mover, passa então a querer a morte para libertar-se de suas dores”.⁴⁴

Deve-se enfatizar que muitos suicídios acontecem em prisões, principalmente entre os homens jovens, do sexo masculino, que não praticam crimes violentos.

Verifica-se que muitos suicidas sofrem de problemas psicológicos. A depressão,

⁴² **Comportamento Suicida** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm

⁴³ **Comportamento Suicida** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm.

⁴⁴ **Comportamento Suicida**. Op. cit. 1996, p. 78.

assim como outros distúrbios mentais – Ansiedade, Psicose mais o isolamento social, poderão ser as causas dos suicídios.

As causas do suicídio são analisadas sob três aspectos:

Na perspectiva biológica, é explicado que o comportamento suicida é proveniente de famílias que já têm casos de suicídios, sugerindo que fatores biológicos e genéticos desempenham papel de risco. Algumas pessoas nascem com certas desordens psiquiátricas tais como as esquizofrenias, o que aumenta o risco de suicídio.

Na visão psicológica, o suicídio advém de casos de neuroses.

O psiquiatra americano Karl Menninger elaborou sua teoria, baseando-se nas idéias de Freud. Ele sugeriu que todo o suicida tem três dimensões inconscientes e interrelacionadas: *vingança/ódio* (desejo de matar); *depressão/desespero* (desejo de morrer); *culpa/pecado* (desejo de ser morto).⁴⁵

Já no sentido sociológico, os indivíduos se veem forçados a tirar a própria vida para evitar conflitos ou tensões inter-humanas, para eles insuportáveis.

Para Altavilha, não há que se falar em hereditariedade em casos de suicídio, ou seja, nas famílias do indivíduo casos de suicídios são comum, o que pode cogitar neste caso a hereditariedade. Para este autor, o que deve ser levado em consideração é a predisposição e os fatores sociais de criminalidade que influenciam a prática do suicídio tais como: o sistema econômico, a má vivência, dentre outros.

5 TIPOS DE SUICÍDIO

⁴⁵ FARIAS, JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1998, p.86.

Dentre os conceitos de suicídio utilizados, destaca-se o de Durkheim, que considera o suicídio como sendo todo caso de morte provocado direta ou indiretamente por um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima que ela sabe o que irá provocar com o resultado.

Durkheim, teoricamente, propôs quatro tipos de suicídios, baseados no grau de desequilíbrio entre duas forças sociais: a integração social e a regulação moral.

Para Émile Durkheim, a causa do suicídio só pode ser sociológica, pois analisa o suicídio como fato social. A vida social age sobre o comportamento do indivíduo a partir do exterior. Em seu estudo, caracterizou quatro tipos de suicidas (egoísta, altruísta, anômico e fatalista).

5.1 SUICÍDIO EGOÍSTA

Para Durkheim, o suicídio egoísta é aquele que se encontra com uma maior frequência, este tipo de suicídio é “(...) caracterizado por um estado de depressão e de apatia, fruto de um individualismo exagerado”.⁴⁶

Neste tipo de suicídio, o indivíduo, deixa de ter uma ligação tão forte com a sociedade, pois a vida que gostaria de ter já não corresponde à realidade existente, este pensa ser superior à mesma, pois para ele o que a sociedade lhe oferece já não o satisfaz, fazendo assim com que o indivíduo viva (...) no meio do tédio e do aborrecimento (...)”⁴⁷

Neste sentido, pode-se afirmar que no egoísmo os laços sociais entre o indivíduo e a sociedade são frágeis. O indivíduo não se sente ligado à sociedade, de tal maneira que exterminar a sua vida não terá impacto algum para a sociedade.

⁴⁶ DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 381.

⁴⁷ DURKHEIM. Op. cit. 2003, p. 381.

Neste caso, a pessoa comete o suicídio para evitar o sofrimento. O eu individual sobrepõe ao eu social.

5.2 SUICÍDIO ALTRUÍSTA

O altruísmo, e o oposto do egoísmo, onde um indivíduo está extremamente ligado à sociedade, de forma que não têm vida própria. Indivíduos que cometem suicídio baseado no altruísmo morrem, porque acreditam que sua morte pode trazer uma espécie de benefício para a sociedade. Em outras palavras, quando um indivíduo está tão fortemente ligado à sociedade, ele cometerá suicídio independentemente de sua própria hesitação, se as normas da sociedade o levarem a tal.

Durkheim viu isto ocorrer de duas formas diferentes:

- “onde indivíduos se veem sem importância ou oprimidos pela sociedade e preferem cometer suicídio. Ele viu isto acontecer em sociedades "primitivas" ou "antigas", mas também em regimentos militares muito tradicionais, como guardas imperiais ou de elite, na sociedade contemporânea;
- onde indivíduos veem o mundo social sem importância e sacrificariam a si próprios por um grande ideal. Durkheim viu isto acontecer em religiões orientais, como o Sati no Hinduísmo. Alguns sociologistas contemporâneos têm usado esta análise para explicar os kamikazes e os homens-bomba.”⁴⁸

Neste tipo de suicídio, a pessoa prefere se matar, a ter que dar trabalho aos outros. De certa forma, a sociedade contribui muito para que o indivíduo cometa o suicídio.

5.3 SUICÍDIO ANACÔMICO

A anomia é um estado onde existe uma fraca regulação social entre as normas da sociedade e o indivíduo, mais frequentemente trazidas por mudanças dramáticas nas circunstâncias econômicas e/ou sociais. Este tipo de suicídio acontece quando as normas

⁴⁸ Apud ALBERGARIA, Jason. **Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1988, p.86.

sociais e leis que governam a sociedade não correspondem com os objetivos de vida do indivíduo.

Uma vez que o indivíduo não se identifica com as normas da sociedade, o suicídio passa a ser uma alternativa de escape. Durkheim viu esta explicação para os suicidas protestantes.

“ (...) a anomia provoca um estado de desespero e de cansaço exasperado que pode (...) virar-se contra o próprio indivíduo ou contra outrem (...)”⁴⁹

Ele salienta que existem as influências exteriores, quer sejam de associações, quer sejam de acontecimentos passageiros, que perturbam o funcionamento da vida coletiva, configurando uma situação anômica, que é a ausência ou desintegração das normas.

Ou seja, as crises industriais ou financeiras, bem como, as crises de prosperidade, por exemplo, têm o mesmo resultado, fazendo aumentar os suicídios, porque são perturbações de ordem coletiva.

Devido a problemas de ordem econômica e social, o suicídio acontece como um estímulo para finalizar o problema atual. É o caso do desemprego que ocorreu no período da Revolução Industrial, que o suicídio foi frequente, ou seja, este tipo de suicídio provém do desregramento da vida do homem.

Sua ocorrência é mais frequente nas sociedades modernas, onde os indivíduos vivem em clima de competição, exigem muito de si, e, por isso, vivem cercados pelo sentimento de desproporcionalidade entre as suas aspirações e suas satisfações.

5.4 SUICÍDIO FATALISTA

O fatalismo é o estado oposto à anomia, onde a regulação social é completamente instilada no indivíduo; não há esperança de mudança contra a disciplina opressiva da sociedade.

A única forma do indivíduo ficar livre de tal estado é cometer suicídio.

Durkheim viu esta razão nos escravos que cometeram suicídio na antigüidade, mas viu uma relevância mínima na sociedade moderna.

6 DISTURBIOS DA SAÚDE MENTAL DO SUICIDA

6.1 TRANSTORNOS MENTAIS E O SUICÍDIO

O suicídio é, em geral, a expressão final de um estado psíquico de limitação da liberdade, produzido, na maioria das vezes, por uma doença cujo tratamento é possível.

Na maioria dos casos, as idéias de suicídio e o suicídio é uma manifestação de várias doenças psíquicas.

Alguns dos transtornos mentais podem fazer com que o indivíduo cometa o suicídio, os quais serão tratados a seguir.

6.1.1 Neurose

A luz do pesquisador parisiense Lopez - IBOR⁵⁰, a neurose é uma doença advinda de

⁴⁹ Apud ALBERGARIA. Op.cit. 1988, p.86.

⁵⁰ Apud ALBERGARIA. Jason. **Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1988, p.86.

sintomas psíquicos, como: angústia, fobia e obsessão.

O psiquiatra americano Karl Menninger elaborou sua teoria, baseando-se nas idéias de Freud. Ele sugeriu que todos os suicidas têm três dimensões inconscientes e interrelacionadas: vingança/ódio (desejo de matar); depressão/desespero (desejo de morrer); culpa/pecado (desejo de ser morto).⁵¹

Assim, ficou evidente que o indivíduo neurótico poderá ser caracterizado, quando reage depressivamente. Este reconhece que precisa de tratamento.

6.1.2 Ciclofrenia

Conforme Hurwitz⁵², a ciclofrenia é conhecida de várias formas, como mania, melancolia e loucura intermitente.

Segundo Albergaria:

“A fase maníaca define-se pela euforia, idéia de grandeza e atividade. Na fase melancólica há perda de autoconfiança, inibição e diminuição de atividade. A mania pode levar ao delito. A melancolia pode levar ao suicídio”.⁵³

E, complementa o autor:

O ciclofrênico é mais intimidável e de fácil reabilitação. Na psicose em grau extremo, é inimputável, nos intervalos lúcidos é imputável. O tratamento é em meio livre. Excepcionalmente, é necessário o tratamento institucional.⁵⁴

Esta doença é mais freqüente nas mulheres de classe social alta.

6.1.3 Epilepsia

⁵¹ FARIAS JUNIOR, João. **Manual de criminologia**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1996, p. 234.

⁵² Apud ALBERGARIA. Op. cit. 1988, p.90.

⁵³ Apud ALBERGARIA. Jason. **Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1988, p. 90.

⁵⁴ Apud ALBERGARIA. Op. cit. 1988, p.91.

João Farias Júnior em sua obra diz que a epilepsia:

“É uma doença caracterizada por uma disritmia ou distímia cerebral, provocando turvação ou perda de consciência e convulsões tônicas”.⁵⁵

A epilepsia não é uma doença em si, mas outro fator ou problema que a pessoa tenha sofrido pode desencadeá-la.

Entretanto, não se deve entender a epilepsia como uma doença exclusivamente convulsiva, mas também pode ser caracterizada por meio de transtornos de conduta, dentre eles, as alucinações.⁵⁶

Albergaria ressalta que, “[...] o estado de obnubilação sugere um delírio com liberação de impulso agressivo e, às vezes, autodestrutivo”.⁵⁷ A epilepsia poderá fazer com que a pessoa tenha um comportamento suicida,

Os epiléticos, sobretudo aqueles com epilepsia do lobo temporal, freqüentemente, apresentam episódios de depressão de curta duração, mas profundos, os quais, juntamente com a disponibilidade dos medicamentos prescritos para a sua condição, aumentam o fator de risco para o comportamento suicida.⁵⁸

A prevalência da epilepsia, geralmente, apresenta-se maior índice nos países em desenvolvimento, devido às doenças infecciosas, deficiências no atendimento médico e desnutrição. Predomina nos adultos jovens.

O diagnóstico de epilepsia é basicamente clínico. Necessitando tanto da descrição do paciente quanto de relato de testemunhadas crises.

A prevalência de epilepsia encontrada na população de prisioneiros, porém, é semelhante à encontrada em classes sociais mais baixas das quais tem origem a maioria dos prisioneiros.

⁵⁵ FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1996, p. 244.

⁵⁶ Apud ALBERGARIA. Op. cit. 1988, p.91-92.

⁵⁷ Apud ALBERGARIA. Op. cit. 1988, p.92.

⁵⁸ **Comportamento Suicida**. Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm.

O risco de cometer o suicídio, em epiléticos, é muito maior do que nas outras pessoas. Pois, a pessoa acometida por esta doença em crises freqüentes tende a se fechar e se esconder dos outros, tanto por causa do constrangimento sofrido pela crise quanto pelo preconceito da sociedade.

6.1.4 Toxicomania

O uso excessivo e exagerado de uma ou mais substâncias tóxicas, sem indicação médica, traduz a toxicomania.

Sua definição corresponde à compulsão de consumir o produto e conseqüente aumento da dose deste produto, à dependência física e psíquica, conseqüências nos sistemas emocionais, sociais e econômicos.

Na visão de Albergaria,

Quanto à etimologia da toxicomania, um grupo de toxicômanos é formado por indivíduos com transtorno de personalidade. São pessoas emocionalmente imaturas, hostis e agressivas, que usam a droga como alívio de uma tensão interior. Um segundo grupo é formado por neuróticos, com angústia e sintomas obsessivos ou compulsivos.⁵⁹

O consumo de droga pode ser o sinal de problemas latentes graves ou de um problema temporário vivido por uma pessoa que constrói a sua identidade e que procura ter mais independência.⁶⁰

Não se deve deixar obcecar pelas drogas de alto risco (álcool, morfina, barbitúricos, LSD, cocaína, heroína, etc.). Deve-se ter informações sobre o indivíduo, o tipo de drogas que consome, as suas condições de vida, o estágio que atingiu no consumo da droga e os seus antecedentes.⁶¹

⁵⁹ **Comportamento Suicida.** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm. p. 97-98.

⁶⁰ ALBERGARIA. Jason. **Criminologia: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Aide, 1988, p.98-99.

⁶¹ ALBERGARIA. Op. cit. 1988, p.98-99.

Geralmente, o uso de drogas pode desencadear no indivíduo um comportamento suicida.⁶²

Os transtornos psiquiátricos com abuso de drogas e dependência, estão associados, com maior risco de suicídio, especialmente em pacientes que apresentam variação de humor.

6.1.5 Esquizofrenia

A esquizofrenia é um agravamento de trágicos distúrbios da personalidade, resultante de uma mente dissociada.

Segundo Albergaria⁶³, a característica mais comum do esquizofrênico é a mudança da personalidade e um dos sintomas mais importantes é o isolamento do indivíduo do meio circuncidante, ou seja, o autismo.

A esquizofrenia também pode ser paranóide, isto é, o sujeito pode ter idéias delirantes, as alucinações, o negativismo, sendo que as idéias de perseguição são as mais freqüentes:

O método de suicídio escolhido pelos esquizofrênicos pode ser estranho e, freqüentemente, é violento. As tentativas geralmente são bem-sucedidas. O suicídio pode ocorrer no início da doença e pode ser a primeira indicação óbvia da esquizofrenia. Os indivíduos com distúrbios da personalidade também apresentam o risco de suicídio, particularmente os emocionalmente imaturos, com baixos níveis de resistência à frustração e que reagem ao estresse, de modo impetuoso, com violência e agressão. Eles podem beber álcool em excesso, usar drogas ou cometer atos criminosos. Às vezes, o comportamento suicida é desencadeado pelo estresse que inevitavelmente ocorre em decorrência da ruptura de relacionamentos problemáticos e das cargas representadas pelo estabelecimento de novas relações e estilos de vida. Outro elemento importante nas tentativas de suicídio é a roleta russa, na qual o indivíduo decide deixar que o destino determine o que irá lhe acontecer. Alguns mais instáveis acham excitantes as atividades perigosas que implicam no flerte com a morte, como a condução de um automóvel de forma temerária ou esportes perigosos.⁶⁴

⁶² **Comportamento Suicida.** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm

⁶³ **Comportamento Suicida.** Op. cit. p.89.

⁶⁴ **Comportamento Suicida** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm.

É uma doença psiquiátrica, pertencente ao grupo das psicoses. Esta psicose atinge mais os jovens, com alteração gradual e profunda do comportamento. Nos momentos de grave depressão, ficam desmotivadas para viver e a idéia de morrer torna-se obsessiva. Nunca aceitam a sua realidade e atribuem a culpa aos familiares, por sua mente perturbada, fazendo com que tenham ódio freqüente e profundo pelas pessoas que estão mais próximos dele.

O doente tem a sensação de que seus pensamentos, sentimentos e atos são sentidos ou partilhados por outros. Podem ocorrer delírios explicativos, de que, alguma energia externa age sobre seus pensamentos e ações, de formas muitas vezes, estranhas ou absurdas. Alucinações diversas podem acontecer, causando reações que vão desde solilóquios ou gestos e atos agressivos até o mutismo ou a catatonia. Ocorre uma mistura de conceitos, e o resultado é um pensamento vago, circular e obscuro, com uma crença de que situações cotidianas possuem um significado especial, usualmente misterioso ou bizarro, destinado especialmente ao indivíduo. Pode haver interrupção do curso do pensamento e sensação de roubo das idéias da mente do indivíduo. O humor é caracteristicamente superficial (...), podendo haver momentos de agitação e tentativa de produção desenfreada, com exaltação do humor. ⁶⁵

São pessoas solitárias, introvertidas e passivas. Procuram o isolamento, frequentemente, afastando-se da sociedade.

Esses indivíduos apresentam desvio de conduta, ocorrem alucinações onde ouvem vozes, que mandam o doente cometer algo contra si ou outras pessoas, podendo cometer crimes.

Por falta do exame mental, que deveria ser feito frequentemente, no cumprimento da pena, muitos delinquentes apresentam sintomas característicos da esquizofrenia, durante o período em que ficam presos.

6.1.6 Psicose Alcoólica

A ingestão de bebidas alcoólicas pode ser um fator de risco para pessoas com propensão a atentar contra a própria vida.

Pertinente ao álcool, dentre as causas suicidas, faz-se mister citar alguns dados:

⁶⁵ SERAFIM, Antonio de Pádua, BARROS, Daniel Martins de, RIGONATTI, Sérgio Paulo. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II**/ 1. ed. São Paulo: Vetor, 2006. p.34

Cerca de metade dos indivíduos que tentam o suicídio estão alcoolizados no momento da tentativa. Como o próprio alcoolismo, sobretudo quando a ingestão exagerada for aguda, causa freqüentemente sentimentos profundos de remorso nos períodos entre uma ingestão e outra, os alcoolistas estão particularmente propensos ao suicídio, inclusive quando estão sóbrios. A auto-agressão violenta pode ocorrer durante uma alteração do humor para uma depressão profunda, mas temporária.⁶⁶

A intoxicação por álcool é um potente fator no momento da morte. Três características marcam o ato suicida praticado por alcoólatras deprimidos: a impulsividade da tentativa, aumento do consumo de álcool, na véspera, e intoxicação alcoólica, precedendo à tentativa.

7 PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

7.1 PREVENÇÃO DO SUICIDIO NAS PENITENCIÁRIAS.

Na maioria dos casos que envolvem suicídio, o indivíduo possui um transtorno psiquiátrico, que pode ser tratado.

Não obstante, para uma melhor análise da prevenção do ato suicida, faz-se relevante salientar os sintomas do comportamento suicida:

A decisão de suicidar-se não é tomada de uma hora para outra. Antes do suicídio, a pessoa apresenta sintomas que indicam a prática de tal ato. Dentre os indícios mais fortes, estão os verbais, tais como:

Não tenho razão para viver (...);

Não tenho vontade de viver, preferia morrer, seria um alívio morrer.

Tenho a idéia de pôr termo à vida.

⁶⁶ **Comportamento Suicida** Disponível em http://www.msd-brazil.com/msd43/m_manual/mm_sec7_85.htm

Em outros casos, a pessoa tentou o suicídio, preparando o local e os instrumentos utilizados, e interrompeu, não o fez.

A pessoa pode apresentar-se indiferente, deprimido, mudar de comportamento, atitude, abusar de bebidas alcoólicas e drogas ou sofrer alteração no modo de vida, que é o caso dos presidiários.

Com base nos sintomas supracitados, observa-se a necessidade de uma maior atenção, por parte da família do preso, bem como, pela instituição na qual o preso se encontra, uma vez que o Estado deve zelar pela integridade física, moral e psíquica do apenado.

Quanto ao comportamento do indivíduo anterior ao suicídio, são eles: choro, briga, transgressão da lei, impulsividade, auto-mutilação, expressão literária referente ao ato suicida, mudança de comportamento.⁶⁷

Atreladas a doença como esquizofrenia, surgem as perturbações, dependência de álcool ou drogas a falta de apoio, o isolamento e a falta de tratamento, e, sendo assim, o risco para o cometimento do suicídio pode aumentar cada vez mais.

As pessoas precisam ajudar a compreender e indicar tratamento médico ou psicológico, porque a idéia de suicídio é temporária, a pessoa que tem ideações suicidas, aprende que com o tempo, àquelas idéias e crises depressivas passam e a doença pode ser tratada, podendo prevenir e melhorar de estado.

Os profissionais da saúde, devidamente informados sobre o que se passa com a pessoa que tenta o suicídio, poderão tomar as medidas necessárias, dando o remédio e o tratamento, necessários em certos casos.

Portanto, a prevenção é de suma importância, uma vez que o suicídio é um ato voluntário, no qual o indivíduo premedita a consumação do ato.

⁶⁷ **Sintomas que indicam o suicídio.** Disponível em: <http://www.suicideinfo.org/portuguese/warning.htm>

A pessoa que tenta ou tentou o suicídio é indispensável a ajuda médica, para a realização de tratamento, melhorando o quadro psíquico que a pessoa se encontra. Certamente, se persistir nos medicamentos e tratamento propostos, haverá uma melhora.

7.2. ANÁLISE SOBRE A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO NAS PENITENCIÁRIAS

Alguns fenômenos sociais se repetem no decorrer dos tempos, tais como o suicídio nos presídios, que perdura até os dias atuais.

Nos casos de suicídios, dificilmente a vítima não emitirá sinais prévios, antecipando o seu desejo de auto-aniquilação. Dentre os casos de suicídios nos presídios, as vítimas geralmente sofriam de distúrbios mentais graves, como a esquizofrenia. Os parentes próximos se revoltam em casos de suicídios, quando se reportam aos pedidos de socorro subliminares que os suicidas emitem, antes do desfecho final.

O suicídio ainda é visto como um tabu. Grande parte dos motivos que cercam esse tabu tem explicações religiosas. O cristianismo, o judaísmo e o islamismo condenam o suicídio, por ser visto como um pecado, uma ofensa a Deus, com exceção de algumas religiões, onde a pessoa se mata em nome da fé.

Os suicidas não recebem seguro de vida e as famílias recebem acusações implícitas, o que reforça o silêncio sobre o caso. Há os que acreditam que falar sobre o suicídio nos meios de comunicação seria uma forma de propagação da idéia suicida entre as pessoas, o que poderia ocasionar uma epidemia de mortes voluntárias, por isso, quase não é divulgado o assunto na mídia. O risco de fato existe quando se explora o assunto de forma sensacionalista.

O primeiro passo para a prevenção de casos de suicídios é a quebra desse tabu para posterior direcionamento em relação à prevenção.

Embora este assunto seja ausente na mídia, o suicídio é considerado um grave problema que afeta a Saúde Pública e que pode ser prevenido, o Ministério da Saúde Brasileira vem criando, desde 2006, estratégias de prevenção ao suicídio.

Mas, conforme dito anteriormente, os reclusos cumprem penas de forma cruel e desumana, sobretudo aqueles que cumprem longos anos de pena em regime fechado. O sistema prisional não vem cumprindo o seu escopo, cuja finalidade é impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos, selecionando as penas e os modos de aplicá-las, de tal modo que, conservadas proporções, causem impressão mais eficaz e mais duradoura no espírito dessas pessoas encarceradas.

Dessa forma, o sistema carcerário brasileiro não cumpre com a sua finalidade, ao contrário, aflige ainda mais os já oprimidos detentos, incitando aos mesmos um perfil psicológico depressivo e conseqüente suicida.

A pessoa que tenta o suicídio nem sempre tem a intenção de morrer. Os atos auto destrutivos podem ser um pedido de ajuda à família e à sociedade.

Em termos de tratamento e prevenção, se o Estado propiciar melhores condições nos estabelecimentos prisionais, estará contribuindo para a redução de morbidades psiquiátricas, diminuindo o risco de suicídio de presidiários.

Se, como previu Durkheim, o suicídio é um fato social, por exercer coerção sobre os indivíduos e por ser exterior a nossa consciência, mais do que em outros momentos da história, no atual momento, se faz urgente entendê-lo como fenômeno social e como caso de saúde pública.

Garantir o acesso precoce e avaliações clínicas adequadas, a segurança e a efetividade dos tratamentos para os transtornos psiquiátricos, com alto risco de suicídio, são algumas das medidas que poderão ser adotados nos estabelecimentos prisionais, para a prevenção e o tratamento, em se tratando de suicídio nos presídios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, com esta pesquisa, discorrer sobre a Responsabilidade Civil do Estado nos casos de suicídios de presos nas penitenciárias.

Vimos que o suicídio é uma questão sociológica a ser investigada, porque é vista a partir de um quadro de crise social. Durkheim levou esta perspectiva ao extremo, desenvolvendo um estudo sociológico, concluindo que as forças majoritárias levam o indivíduo a terminar com a própria vida, sendo elas totalmente exteriores, isto é, o meio social em que este se encontra é que vai determinar o desfecho da sua vida.

Como expõe Durkheim, o suicídio não é um fenômeno natural; e, sim, social. Então, as taxas de suicídios tendem a diminuir, diante de grandes acontecimentos políticos assentados em preocupações sociais.

Os suicídios que acontecem nas penitenciárias são feitos por pessoas que, na sua maioria, não foram sentenciados por crimes de natureza violenta.

Não se pode ignorar o fato de que os infratores presos também são vítimas de violência. Inclusive, convém salientar que as condições precárias nas quais se encontram os estabelecimentos prisionais brasileiros geram um clima de forte tensão e violência, inclusive por parte dos agentes da administração. As autoridades competentes demonstram certo comodismo em relação aos problemas instalados nos presídios.

Analisando o contexto em que o preso está inserido, é possível entender a incidência de problemas psicológicos que podem acarretar, ora o suicídio, ora a violência e demais problemas atuais nesta seara.

O Estado, ao privar a liberdade de alguém, deverá reparar os danos causados por morte de qualquer natureza, já que está expresso na Constituição Federal, art. 5º, XLIX, que: “ é assegurado aos presos o respeito à integridade física, psíquica e moral.” Em vista disso, denota que é o Estado omissor, ao permitir que o preso prive de sua vida com artefatos encontrados no próprio estabelecimento prisional.

No entendimento de Celso Bandeira de Melo, se o Estado se omitir e não evitar um dano ao administrado, deverá ser responsabilizado, se comprovada a culpa; outros doutrinadores admitem a existência de duas espécies de omissões, a específica, na qual a responsabilidade é objetiva e a genérica, sendo a responsabilidade subjetiva.

De acordo com estudos jurisprudenciais, há divergências no entendimento quanto a responsabilidade civil do Estado. Vigendo, ora a teoria da responsabilidade objetiva do risco integral, ora a teoria da responsabilidade objetiva do risco administrativo, interpretando-as, em alguns casos, como sinônimas ou entendendo que a teoria objetiva seja o mesmo que risco integral.

O Código Civil de 2002 reforça a tese da responsabilização independentemente de culpa, tendo apenas que provar que houve o dano e a relação deste com o fato danoso. Esta é a forma mais justa de aplicar a responsabilização, pois o administrado é parte hipossuficiente da relação.

As decisões dos Tribunais Judiciários deixam patente que a responsabilização do Estado, por suicídios dos presos sob a sua custódia, efetivar-se-á com base na responsabilidade objetiva. Sendo esta a regra geral, baseada no risco administrativo e fundamentada na culpa “in vigilando” e no dever legal de zelar pela integridade física de seus presos, conforme expresso está na Carta Magna. Verificando o nexo causal entre a atividade administrativa e o dano sofrido pelo administrado. Admitindo-se a exclusão da

responsabilidade objetiva, desde que seja alegado que o evento danoso foi decorrente de caso fortuito externo.

Neste caso, não se estuda mais a culpa que a administração teve com a causa do evento negativo, Pois, basta comprovar o ato danoso, para atribuir a causa do evento. E não uma culpa para se comprovar o resultado, como atribui a teoria da responsabilidade subjetiva.

Presume-se, com o presente trabalho, que o ente público, ao prestar seus serviços, deve atentar para não incorrer em atos prejudiciais aos sentenciados, adotando medidas de segurança, cumprindo a sua finalidade de ressocialização e zelo da integridade física dos presos. Agindo assim, o Estado estará contribuindo para evitar um quadro psicológico depressivo no preso, que poderá acarretar um conseqüente suicídio.

Dessa forma, pelo Instituto da responsabilidade civil, estabelecido dentro do próprio ordenamento jurídico, existe a possibilidade do causador de um dano reparar sua conduta lesiva através da indenização.

A morte de um detento, no interior de uma penitenciária, ou qualquer outra unidade integrante do sistema prisional, é de responsabilidade do Estado, União, ou Estados-membros, que devem responder de forma objetiva, nos casos em que ocasione a morte do reeducando.

Portanto, o conhecimento dessas regras é de grande valia para as pessoas que, frequentemente, amargam prejuízos, em função da conduta lesiva de outros indivíduos e que podem encontrar, na responsabilidade civil, a chance de ter seus prejuízos devidamente compensados.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. **Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1988, p.86-99.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fortes, 1997.

BEFRIENDERS, Worldwide. **Sintomas que indicam o suicídio**. Disponível em: <http://www.suicideinfo.org/portuguese/warning.htm>. Acesso em: 24 dez. 2008.

BITTENCOURT, César Roberto. **Falências da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p.90.

BORGES, Alice Gonzalez et al. **Responsabilidade Civil do Estado**. São Paulo: Malheiros. 2006.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 2. ed. Brasília: Horizonte, s.d.

BRASIL. **Novo Código Civil: exposição de motivos e texto sancionado**. 2. ed. Atual. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Julgado 9.5.1981. Acórdão unânime.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ap. Cível nº 206.376. Julgado 24-8-1972. Relator Desembargador Lair Loureiro. Unanimidade de votos. Revista dos Tribunais 445/84.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível nº 206.376. Julgado 30-6-1998. Relator Desembargador Ribeiro Machado. JTJ-LEX 214/86.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 1ª Câmara Cível do Tribunal de Santa Catarina. Apelação Cível nº 34.415. Julgado 16-10-1990. Relator Desembargador Napoleão Amarante. Unanimidade de votos. DJESC nº 8.124.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível nº 46.757. j. 30-11-1995. Relator Desembargador Pedro Manoel Abreu. Unanimidade de votos.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível nº 32.325. Julgado 26-11-1991. Relator Desembargador Amaral e Silva. Unanimidade de votos. DJESC nº 8.398.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 27-30, 157-160.

CRETELLA JUNIOR, J. **Tratado de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1966, p. 276.

_____. **Responsabilidade do Estado por ato legislativo**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 286:11, abr-jun/1984.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000 p. 158; 524-526

DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 7 v. , p. 36; 58; 100.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 381.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIAS JUNIOR, João. **Manual de criminologia**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1996.p. 234-244.

_____. **Manual de Criminologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Aide, 1998. p.86.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 870-874.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos: A facilidade em desenvolvê-los**. Rondônia: D'press Editora & Gráfica Ltda-ME: 2007.

LISBOA, Roberto Lenise. **Manual elementar de direito civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, V. 2., p. 171.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 576.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual do direito penal: parte geral**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 30-138. v.1.

OLIVEIRA, Rui. **Comportamento suicida**. Disponível em:
<http://www.manualmerck.net/?url=/artigos/%3Fid%3D111> . Acesso em: 22 dez. 2008. Seção 7. Cap. 85.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 1ª ed., Rio de janeiro: Forense, 1989. p.16.

_____. **Tratado de Direito Administrativo**. IV. VIII, p. 276.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil: parte geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 315.

_____. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000. p.13.

SATLER, Breno. **Suicídio: fundamentos para a prática clínica**. Revista Médica MG, n. 12. p.233.

SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Daniel Martins de; RIGONATTI, Sérgio Paulo. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II**/ 1. ed. São Paulo: Vetor, 2006. p.36.

Sintomas que indicam o suicídio. Disponível em:
<http://www.suicideinfo.org/portuguese/warning.htm>

Um sonho de liberdade. Direção de Frank Darabont. Videoteca, dez. de 2008, nº.0078

Uma mente brilhante. Direção de Ron Howard. Videoteca, dez. de 2008, nº.0032

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p.20-23. v 4.

_____. **A Responsabilidade Objetiva no novo Código Civil.**
Disponível em: www.societario.com.br/demarest/svrespobjetiva.html. Acesso em 12/12/2008.

